



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

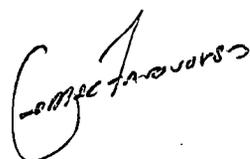
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

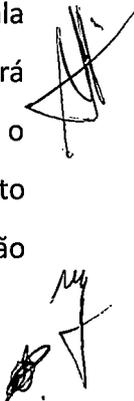
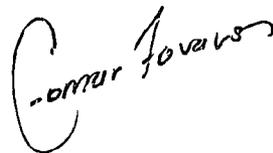
Ata da Vigésima Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento - CPA Instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT.

Às nove horas do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e dezesseis, na Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV/DF, reuniu-se o Conselho de Política de Assentamento-CPA, instituído pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, com a presença dos Conselheiros: **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL** Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimentos e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, SEAGRI-DF; **HECTOR CARLOS BARRETO LEAL**, suplente representante do Poder Executivo e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI; **DIOGO SANTOS DE PAULA**, suplente do Poder Executivo da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; **ACILINO JOSÉ RIBEIRO DE ALMEIDA**, Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, SERIS-DF; **LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MTD; **EDMAR SOUSA TAVARES**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e líder do MST/DF. Como convidados registrou-se a presença de Viviane Silveira Anjos, Diretora de Políticas de Assentamento da SEAGRI-DF. Registrou-se a ausência de **JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA**, conselheiro titular representante do Poder Legislativo (ausência justificada) e **FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA**, titular representante do Fórum de Entidades Agrárias; **JOSÉ MÁRIO DA SILVA DE SOUZA**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MLT; **MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ JUNIOR**, titular representante do Fórum das Entidades Agrárias e Líder do MBST/DF e **ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR**, titular representante da Ordem dos Advogados do Brasil (ausência justificada). Para dar início a reunião foi aberta e presidida

pele Conselheiro **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL** que destacou a pauta, a saber: 1. Verificação de quórum; 2. Leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião do CPA; 3. Processo de Seleção do PRAT (apresentação do Acórdão do TCU e da Decisão da Ação Civil Pública); 4. Apresentação das áreas decretadas e projetadas. Para dar início à reunião o Presidente do Conselho José Guilherme informou sobre as alterações de membros do conselho e leu o nome de todos os indicados para publicação da nova composição. Passando para o segundo ponto a Ata da 19ª Reunião foi posta em apreciação e aprovada por todos os conselheiros presentes. Passando para o terceiro ponto da pauta, o Secretário informou sobre as implicações do Acórdão N° 775/2016 do TCU, referente à indícios de irregularidades na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que por conclusão gerou um bloqueio no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) causando impactos na prestação de assistência técnica da EMATER e continuidade no desenvolvimento dos assentamentos já criados. Em colaboração o conselheiro Hector Carlos informa que outro impacto é a suspensão cautelar de criação de assentamentos e a realização de processo de seleção com entrega de Relação de Beneficiários. O conselheiro esclarece também que é mais viável que se crie um cadastro diferenciado, um cadastro de beneficiários. Além disso, o conselheiro José Guilherme informa que está vigente a suspensão do acesso a outros benefícios e políticas públicas atreladas aos benefícios da reforma agrária. Nesse sentido, sugeriu que seja feito um cadastro único, de maneira que a regulamentação do processo de seleção seja feito pela SEAGRI-DF. A intenção é que todo o processo passe a ser gerido pela SEAGRI-DF, e que seja editada uma portaria para a regulamentação da seleção. Nesse contexto, o Secretário sugere a criação de um Grupo de Trabalho – GT, para que seja construída uma proposta de seleção por meio de chamamento público. Fazendo uso da palavra Ariolino Ferreira, coordenador da FETRAF-DFE, fala da questão dos excedentes e de uma forma que as famílias não beneficiadas possam ser alcançadas e saiam da marginalização. Em colaboração o conselheiro Luciano Moreira concorda com a criação do GT, e adiciona que é uma ação louvável para o andamento do processo. Informa que as lideranças buscam uma solução para que as lideranças não ocupem novas áreas e considera que com um novo normativo, os excedentes tenham maiores possibilidades de serem assentados. Edmar Souza Tavares acrescenta dizendo que é preciso um esforço para atender aos excedentes, e acredita que o GT poderá analisar as fragilidades e aprimorarem estudos das áreas. Ficou decidido que o Fórum dos movimentos sociais fará a indicação de 3 nomes

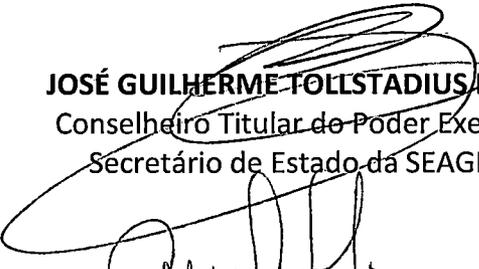


para compor o GT juntamente com um membro da SEAGRI e outro da Terracap. O conselheiro Diogo Santos foi indicado pelos membros da presente reunião para representar a Terracap no GT. O conselheiro aceitou e informou que enviará o ofício com a indicação para que seja publicado até dia 26 de agosto. Em contribuição Ariolino Ferreira solicitou que seja convocada uma reunião coletiva com todos os órgãos envolvidos no processo de reforma agrária para saber de novas áreas e acalmar os excedentes. O Secretário José Guilherme informa que iniciou uma conversa com a SPU sobre a possibilidade de disponibilizar novas áreas, de maneira que possam ser usadas no PRAT. Nesse contexto o Secretário sugere marcar reunião com a SPU, INCRA, SEAGRI, Terracap, Casa Civil e uma comissão representando os movimentos, no intuito de levantar áreas passíveis de destinação ao PRAT e/ou para a reforma agrária. Outro encaminhamento a ser definido é agendar uma reunião com os órgãos responsáveis pelas áreas desapropriadas em comum. Passando para o próximo ponto da pauta sobre o andamento das áreas decretadas e projetadas foi informado que a EMATER-DF já elaborou os Planos de Uso Familiar - PUF'S do Assentamento Santarém; está em andamento a reocupação das áreas desocupadas; a SEAGRI fará a solicitação de alteração da poligonal do Santarém à Terracap; após o estudo do GT a SEAGRI iniciará a seleção dos novos ocupantes (aguardar a liminar do TCU); a SEAGRI também realizará a entrega dos contratos de concessão de uso probatório até dezembro do presente ano. Em relação aos Assentamentos 15 de agosto, 1º de julho e Estrela da Lua será necessário aguardar o julgamento da Ação Civil Pública que está prevista para 30 de agosto de 2016, para trabalhar no desenvolvimento da área, porém já foram iniciados os trabalhos de infraestrutura coletiva como estradas, instalação da rede de energia elétrica da CEB. O assentamento Nova Camapuã, também aguarda julgamento da Ação Civil Pública, mas não recebeu a instalação de energia da CEB. Fazendo uso da palavra o conselheiro Hector Leal informa que a SEAGRI tem feito todo esforço para manter e desenvolver as áreas dos Assentamentos, e que tem recebido e trabalhado para manter as emendas de apoio. Esclarece também que o processo de seleção do Assentamento 10 de junho está parado até que o edital de seleção de famílias seja elaborado, autorizado e publicado. Ainda em sua fala esclarece sobre o projeto de assentamento do Polo de cinema, informando que será necessário realizar um estudo das possibilidades de usar a área, avaliando primeiramente o PDOT. Sobre as áreas já disponibilizadas foi informado que: o Projeto de Assentamento Patrícia e Aparecida informa que a SEAGRI está aguardando a publicação do decreto de criação

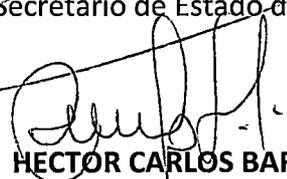


da área; os moradores do acampamento Mangueiral decidiram por seguir a Regularização Fundiária e não o PRAT; o acampamento Fascinação e o Roseli Nunes estão em fase de análise, aguardando licenciamento ambiental e deferimento da solicitação de isenção de taxa; foi informado que o referido projeto tem previsão de assentar 7 famílias; o acampamento Pinheiral está com projeto já elaborado, será implantado em 2 etapas, parte das famílias (46 famílias) entrarão com processo de regularização fundiária e o restante fará parte da seleção de famílias pelo PRAT, mas está aguardando licenciamento ambiental e deferimento da solicitação de isenção de taxa; foi informado sobre o acampamento Tiradentes que tal área possui inviabilidade técnica e operacional, e que em virtude das dificuldades de se criar o assentamento, a área será devolvido à Terracap; o projeto José Wilker está em fase de licenciamento e aguardando a manifestação da Terracap; a área do acampamento 8 de março aguarda decisão judicial. Em colaboração, fazendo uso da palavra, o conselheiro Acilino Almeida se propôs a auxiliar na solicitação de isenção de taxas junto ao IBRAM. Cumpridos todos os pontos da pauta, o presidente da reunião José Guilherme agradece a participação de todos encerra os trabalhos. **Ata segue lavrada pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.**

Conselheiros Presentes:



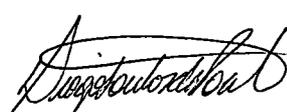
JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL
Conselheiro Titular do Poder Executivo e
Secretário de Estado da SEAGRI- DF



HECTOR CARLOS BARRETO LEAL
Conselheiro Suplente do Poder Executivo
Subsecretário de Agricultura Familiar e Des.
Agrário da SEAGRI-DF



ACILINO ALMEIDA
Conselheiro Titular do Poder Executivo e
Secretário de Estado da SERIS-DF



DIOGO SANTOS DE PAULA
Representante do Poder Executivo da
Agência de Desenvolvimento do Distrito
Federal – TERRACAP



LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS
Conselheiro Suplente Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MTD



EDMAR SOUSA TAVARES
Conselheiro Suplente Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MST/DF.